

A escrita epistolar como prosa de ficção: as cartas do jornalista Miguel Lopes do Sacramento Gama

Socorro de Fátima Pacífico Barbosa*

Resumo

Lidas como testemunho verídico e objetivo do tempo presente, as cartas publicadas nos jornais do padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, notadamente em *O Carapuceiro*, têm sido apropriadas por historiadores da literatura, ou como reflexo do temperamento do homem polêmico, ou fruto de plágios ao jornal inglês *The Spectator*, sem considerar esses escritos como objetos regrados por normas de escrita e de leitura, que incluíam regras de decoro que adaptavam os escritos aos assuntos e aos leitores. Este artigo demonstra, através da análise de cartas do jornalista, as formas como este gênero se constituiu como escrita ficcional, modulada pelas regras da retórica.

Palavras-chave: Escrita epistolar. Prosa de ficção. Imprensa do século XIX. *O Carapuceiro*. Miguel do Sacramento Lopes Gama.

A carta nos jornais e periódicos: algumas observações

Pessoas há, que dotadas de huma imaginação múi viva, e creadora, revestem de circumstancias tudo quanto contão, e debruão de hyperboles as suas historias. Não se devem confundir com os mentirosos; por que se os factos sempre houvessem de ser referidos nós, e crús, como vulgarmente se diz, onde iria parar a Eloquencia, cujo officio he narrar as cousas, não simples, e descarnadamente, como acontecerão, se não como costumão acontecer em taes, e taes circumstancias? O Historiador, cujo fim he expor a verdade dos factos, deve-os appresentar, segundo realmente acontecerão: mas não assim o Orador; por que este endereça-se a persuadir, e a persuasão há mister do verosimil, isto he; de referir as cousas, como elas costumão acontecer, sem com tudo faltar ao fundo da verdade.¹
Miguel do Sacramento Lopes Gama

* Pós-doutorado na PUCRS. Doutorado em Literatura Brasileira pela USP. Pesquisadora do CNPq, participa dos Programas de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFPB. E-mail: socorrofpb@yahoo.com.br

Data de submissão: Set. 2011 - Data de aceite: Nov. 2011

A epístola é um dos gêneros fundadores da escrita em jornais e periódicos e tem sua importância pouco considerada pelos historiadores, quem tendem a ler e se apropriar dos objetos literários do passado sem considerar os efeitos pragmáticos de sua apropriação e recepção, variáveis segundo o momento histórico de sua publicação, bem como os procedimentos retóricos próprios a cada gênero (HANSEN, 1989; PÉCORA, 2001). No caso deste trabalho, interessa observar os diversos usos, apropriações e formas tomados pela escrita epistolar, principalmente, no que concerne ao modo como a carta assumiu ao longo dos séculos XVIII e XIX as convenções próprias à prosa de ficção. Esta reconstituição implica considerar parte da história deste gênero no suporte jornal, cuja origem encontra-se na Inglaterra, onde o comércio de notícias era originalmente feito por meio das cartas manuscritas, que circulavam entre as cidades inglesas, através dos correspondentes, antes mesmo dos jornais impressos. Essas cartas manuscritas tiveram tal relevância que, mesmo após o jornal impresso, eram impressas em caracteres e em papel de cartas para imitar uma escrita comum, onde um fragmento era deixado em branco para ser preenchido pelo comprador antes de ser despachado pelo correio (HUNT, 1850, p. 166).² Por isso, ao analisar a escrita epistolar em jornais e periódicos, deve-se considerar, antes mesmo da regras da *ars dictaminis*, os protocolos de escrita e de leitura deste suporte, que variou do século XVII ao XIX.

Dessa forma, se, por um lado, alguma das premissas quase universais sobre a prática epistolar aplica-se a este objeto no contexto jornalístico, por outro, no que concerne aos usos, apropriações e representações, pode-se afirmar que a carta no jornal elabora outros protocolos. O primeiro deles é o de que a escrita da carta no jornal não se constituía como prática privada de escrita, mas como atividade socialmente extensa, cuja leitura era partilhada não pelos ausentes, mas por aqueles que se presentificavam na partilha que faziam da comunidade de leitores de determinado periódico.

A carta circulou nos jornais brasileiros durante o século XIX em suas mais variadas acepções, usos e finalidades, que segundo a tradição retórico-poética não são poucos. A presença do gênero epistolar nos periódicos da época se deu como modo de encenar *personas* diversas, através da alegoria, conferindo-lhe bastante prestígio. Esta hipótese sugere que tal quais os folhetins e os contos, as cartas publicadas em jornais e periódicos devem ser compreendidas como gênero pertencente à prosa de ficção, responsáveis, segundo Lima Sobrinho (1960). Marlyse Meyer (1996), pela formação da literatura brasileira. Nesta apresentação pretendo fazer uma arqueologia desta prática de escrita, inserindo-a na tradição da epístola como obra de ficção, cuja origem é estabelecida a partir da publicação das *Cartas persa* (2005),³ de Montesquieu, em 1721. Segundo Abreu (2003, p. 265), “durante o século XVIII

estas narrativas ficcionais, percebidas pelos contemporâneos como algo novo”, não dispunham nem mesmo um termo que a designassem, podendo ser chamadas de histórias, aventuras, vidas, contos, memórias, novelas ou romance.

A partir desta premissa, passo a investigar de que forma este “gênero antigo” se configurou no suporte jornal, utilizando como *corpus* duas cartas do periódico perambucano *O Carapuceiro*,⁴ do padre Miguel do Sacramento Lopes Gama,⁵ bem como uma coleção de cartas suas, publicadas na revista *A Marmota Fluminense*. A questão fundamental é compreender, a partir dos exemplos aqui tratados, como a escrita epistolar se constituiu em ficção nos quadros da escrita jornalística do século XIX. Esta hipótese justificaria a presença pouco significativa do romance epistolar no Brasil.⁶

Cinco pressupostos para a leitura da carta como prosa de ficção

O primeiro passo é o de retomar o conceito de “literatura” próprio ao seu tempo, compreendido aqui até a década de 1960 do século XIX. Com ele buscamos trazer para o presente de sua enunciação os objetos que eram considerados “literários” à época. Por exemplo, em 1856, Alexandre José de Mello Moraes publicou o livro *Elementos de litteratura, contendo a arte poetica, a mythologia, a idiologia, a grammatica, a logica, e a*

rhetorica.⁷ Segundo o autor e tal como sugere o título, o “domínio da literatura” e o que “compem o seu imperio” são “a grammatica, a eloquencia, a poesia, a historia, a critica, e todos os conhecimentos humanos que não dependem de rigorosa demonstração” (1856, p. 1). Vê-se, portanto, que o conceito de literatura na época, além de abranger um universo bastante amplo de assuntos, matérias ou disciplinas, incluía também alguns gêneros impensáveis na contemporaneidade como pertencentes ao campo literário. Em 1862, o cônego Fernandes Pinheiro lança o seu *Curso elementar de literatura nacional*, o primeiro compêndio destinado ao ensino da literatura nacional no qual a define, como

a expressão memoravel do homem transmittida ao homem por meio da palavra escripta. Tomada porém em sentido restricto é a expressão dos conceitos, sentimentos e paixões do espirito humano feita por modo agradável. É nesta ultima accepção que lhe cabe o epitheto de bellas letras, humanidades, ou boas letras, como tambem lhe chamavam os nossos classicos (PINHEIRO, 1862, p. 8).

Com efeito, como demonstra Márcia Abreu (2003, p. 64), na arqueologia que estabelece para o termo em *Letras, belas letras, boas letras*, a literatura não teve sempre, ao longo da história, o conceito que lhe é atualmente aplicado. Do século XVI, quando ainda não existia, passando pelo século XVIII, quando era chamado genericamente de “belas letras”, ao XXI quando ainda não tem seus limites delimitados, o termo “literatura” designou práticas de escrita bastante variadas,

cujos “critérios para a hierarquização de escritores e obras não estão claros e não foram centrados no exame dos textos”. Para essa autora, “parte da eficácia do conceito de literatura está em que eleições e exclusões são feitas a partir de critérios pessoais, valores morais, políticos ou filiações estéticas não explicitadas” (ABREU, 2003, p. 64).

Aplicado anacronicamente, observa-se um descompasso entre o que escritores no século XIX concebiam como literatura e aquilo que os historiadores da literatura e os críticos contemporâneos passaram a nomear como tal. Dizendo de outro modo, para evitar os descompassos históricos e os anacronismos, deve-se incluir entre estes objetos literários, tal qual o fizeram Pinheiro e seus contemporâneos, os sermões, as biografias, as narrativas de viagem e as cartas, todos, gêneros abolidos do campo literário, a partir do século XX, quando os valores estéticos passaram a determinar o que era literatura. Este procedimento, entre outros, retirou dos objetos escritos a historicidade de suas formas, conferindo arbitrariamente, para lembrar Márcia Abreu, o *status* de literário a alguns objetos, alçados a esta categoria a partir de critérios como o da psicologia do autor ou da nacionalidade (HANSEN, 1997). Tome-se como exemplo as famosas *Cartas chilenas*, atribuídas romanticamente a Tomás Antonio Gonzaga, desde 1845, quando publicadas no periódico *Minerva Brasiliens*. É correto afirmar que o mesmo critério que incluiu

esta obra no campo literário, ou seja, o nacionalismo, não se aplica às outras cartas e títulos da época.

O segundo pressuposto a considerar na análise da escrita epistolar dos jornais é incluí-la, pelo menos até meados do século XIX, no campo da retórica, como prática de escrita regrada, a qual devem ser aplicados os critérios estabelecidos para o gênero oratório, entre os quais o de considerar a audiência e seus efeitos argumentativos sobre esta. Nesse sentido, compreendo que todos os escritos, mesmo os de ficção desse período, estavam condicionados por padrões e restrições de leitura, que “constituem os seus destinatários, prescrevendo-lhe o modo adequado de ler”. Dizendo de outro modo, a ficção epistolar nos periódicos foi modulada por critérios retóricos, que previam aquela escrita como artifício, na maioria das vezes, formulado com a intenção didática, ou de convencimento. No *Secretário português* (1823), de Francisco José Freire, o mais importante manual epistolar daquele tempo, a carta apresenta os três gêneros presentes na oratória, a saber: o deliberativo (que procura persuadir ou dissuadir), o judiciário (que acusa ou defende) e o demonstrativo ou epidítico (que elogia ou censura).

Dessa forma, devemos pensar os jornais como um palco, no qual se evidencia uma batalha de discursos, onde o leitor é o ouvinte a ser convencido, educado, instruído, elogiado, julgado e atacado, enfim, modulado pelo fundo discursivo dos gêneros, entre os quais, a ideia do

útil e do inconveniente ao bem público, à ordem social, à monarquia, “no deliberativo”; a ideia do justo e do injusto, *no judiciário*; e, por fim, a noção do belo e do feio, do louvor ou vitupério, “no demonstrativo ou epidítico”. Dizendo com Pécora (2001, p. 12), mesmo em se tratando de um “conteúdo” a ser “transmitido”, “a eficácia de persuasão necessariamente varia segundo o ajuste de aplicação de tais meios às diferentes circunstâncias de pessoa, tempo, modo e lugar relevantes em cada caso”.

Sou mui grato á urbanidade, e delicadeza, com que acaba de tractar-me o Snr. Redactor do Diario de Pernambuco, offerecendo me esta sua folha para responder a o meu novo [...]. Igual agradecimento [...]. Correspondente, que não soube combater a minha opinião sem atirar-me; [...] as quaes certamente são meios mui fracos de relutar. He cousa bem notavel, que quasi todos os meus desaffeitados procurem para [...] *a perfida capa do anonymo*, e não se dignem atacar os meus argumentos, se não provocando-me com insultos pessoaes, sempre com a vantagem de poder ferir-me o peito descoberto, ao mesmo passo que elles, *occultando os seus nomes, gozaõ do maligno prazer dos inimigos traiçoeiros, que atiraõ ás escondidas, e a seu salvo*. Por que não se descobrem os meus adversários? Por que, quando querem debellar as minhas opiniões, não publicão as suas, rubricadas com os seus nomes, como eu sempre tenho praticado? Para terem satisfação de morder [...]? He bem fraco gosto (Grifos meus).

Por um lado, observa-se nessa primeira parte uma das funções do gênero demonstrativo ou epidítico, quando o seu autor vitupera o seu opositor; por outro, ele se queixa, solicitando do leitor o seu juízo sobre o uso inapropriado das regras

da retórica, que preveem o combate ao argumento e não à pessoa do orador. O argumento *ad personam*,⁸ recorrente nas epístolas políticas dos periódicos brasileiros, se caracterizava pela violência da linguagem e pelo ataque pessoal, nos quais o orador procurava desacreditar o oponente de um ponto de vista pessoal, desvalorizando com isso sua iniciativa argumentativa, como destituída de autoridade (LAUSBERG, 1967).

Voltando à carta,

mas eu desprezo esses [...] o meu tempo em dar-lhes respostas, e mais vindo elles de *huma mão, que não ousa mostrar se, e entrar comigo em polemica urbana, e decentemente*. Quem sabe guardar as regras do decóro publico, se e abalança a escrever, não tem motivo [...]. A questão da moeda de cobre he o objecto, que nos occupa. Defenderei a minha opinião segundo o meu [...], sem que me seja preciso atirar [...] ao meu contendor (Grifos meus).

O assunto desta carta é a lei de número 52, que “manda substituir as moedas de cobre em circulação nacional e estabelece o modo de realizar esta operação”, cujo objetivo era o de evitar a sua falsificação, chamadas vulgarmente de “chanchã”. *O Carapuço* não acreditava na eficácia dessa ação, principalmente, pelo fato de nesta troca a Fazenda Pública extrair para si 5% do montante.⁹ Ao tentar argumentar contra a lei e sua eficácia, o narrador faz uso do gênero deliberativo, defendendo a ideia do útil e do inconveniente ao bem público, ao mesmo tempo em que assume o caráter do gênero judiciário, no momento em que sugere como injusta aquela lei, circuns-

tância que não admite a *dissimulatio*, que, nesse caso, funciona como arma de engano, uma vez que o “sujeito falante não quer tornar conhecida a sua própria opinião partidária” (LAUSBERG, 1967, p. 253).

Este exemplo de *O Carapuceiro* revela também o terceiro pressuposto da escrita epistolar em periódicos do século XIX: o seu caráter dialógico, pois uma carta, quando publicada, representava sempre uma resposta aos argumentos defendidos por outra carta, configurando-se como um diálogo que envolvia vários correspondentes, múltiplos jornais, como podemos observar nesse pequeno trecho. Observe-se a menção que o autor faz ao fato de que aquela mesma carta foi anteriormente publicada no *Diário de Pernambuco*, em resposta, por sua vez, a uma correspondência saída n’ *O Carapuceiro*. É um exemplo clássico do papel determinante exercido por esse gênero, observado por Conway (2006, p. 77) também na *Gaceta de Caracas*, mas que pode ser extensivo aos periódicos luso-brasileiros. Assim, é com a carta que se observa com maior propriedade o fato de “apesar de o periódico esgrimir a palavra como instrumento de controle social, também a utiliza para deslegitimar sua própria autoridade escrituária; pois a carta faz com que a palavra se torne arma contra a palavra do outro”.

Como vimos, uma das queixas do narrador de *O Carapuceiro* tem como origem o fato de seu correspondente se esconder no anonimato, fato que desperta o seu

desprezo e a indisposição em dar *respostas*, a “huma mão, que não ousa mostrar-se”. O anonimato é uma das prerrogativas instaurada pela ficção do século XVIII, contra a qual Schopenhauer (2006, p. 76) se posiciona: “Este escudo de toda patifaria literária”, bastante comum à imprensa alemã e, segundo o que afirma, também usual na França. Para o filósofo, “na literatura, enquanto não existir essa proibição, todos os escritores dignos deveriam unir-se para proscrever o anonimato com o estigma de um desprezo público, incansável e diariamente expresso, demonstrando de todas as maneiras a noção de que escrever críticas anonimamente é uma indignidade e uma desonra”. No Brasil, o uso do anonimato e do pseudônimo não eram prerrogativa de escritores anônimos, ou leitores covardes. Até mesmo D. Pedro I e D. Pedro II fizeram uso desse artifício na escrita de cartas para periódicos, o primeiro predominantemente com escritos políticos; o segundo, literários. Conforme veremos, essa capacidade de “mascarar” o autor, artifício criado por Montesquieu, com suas *Cartas persas*, é uma das possibilidades ficcionais da escrita epistolar, artifício levado às últimas consequências pelo suporte jornal até finais do século XIX.

Concebida como gênero ao qual deviam ser aplicadas as regras da retórica, bem como as possibilidades da ficção, o quarto pressuposto que devemos seguir, para incluir a carta no universo literário no século XIX, é o de supor, com

Francisco Freire de Carvalho, em *Licoes elementares de eloquencia nacional para uso da mocidade de ambos os hemispheros, que falla o idioma portuguez*, que a carta pode “abranger um campo mui vasto; por não haver um só assumpto, sôbre o qual, quem quizer, não possa publicar seus pensamentos em fórma de Cartas”. Essa versatilidade deu-lhe outros usos entre os quais o da escrita do romance, cujo apogeu foi o século XVIII. Suas origens podem ser identificadas ao romance de Montesquieu, já citado, as *Cartas persas* (2005), cujo modo de escrita – ficcional, anônima, com vários “autores”, feita a partir de manuscritos convenientemente “encontrados” – irá modular não apenas a escrita do romance epistolar, garantido-lhe credibilidade e veracidade, mas também a escrita das cartas publicadas em jornais e periódicos. Conforme salienta Montesquieu, o grande mérito de escrever por meio de cartas é o de

que os assuntos tratados não dependem de nenhum propósito ou plano previamente elaborado, o escritor goza da vantagem de poder acrescentar a filosofia, a política e a moral a um romance, e de articular o conjunto inteiro por meio de uma cadeia secreta e, por assim dizer, desconhecida (p. 239 - grifos meus).

As *Cartas persas* inauguraram a escrita como ficção ou ato de fingir, procedimento extensivo, segundo Hansen (2005, p. 33), a todas as criações anteriores à concepção romântica de originalidade. Nesse sentido, o ato de fingir “chama a atenção para o artifício,

termo que diz respeito à “invenção astuciosa”, designando o talento intelectual da *inventio* retórico-poética. No caso da obra de Montesquieu, alguns artifícios foram utilizados por ele para favorecer “o apagamento do autor (e) atribuir autonomia a cada um daqueles que toma a pena. Segundo Starobinsk (2001, p. 87), a palavra está alternadamente com os nobres viajantes (Usbek e seu amigo Rica), as cinco esposas de Usbek, deixadas por ele em Ispahan, além de alguns eunucos. Da França, onde vai para estudar, passa a se corresponder tanto com os amigos deixados na Pérsia como com Rica e outros correspondentes na Europa, favorecendo, “a pluralidade das consciências, da diversidade dos pontos de vista e das convicções” (2001, p. 87). Prática que, como já se disse, se tornará uma prerrogativa da escrita epistolar em jornais e periódicos luso-brasileiros, ao mesmo tempo em que torna a carta o artefato mais adequado para os diálogos, as disputas, as batalhas literárias e políticas que envolveram tanto os leitores comuns quanto aqueles célebres.

Retomando as *Cartas persas*, o fato de o autor dar a um “persa”, ou seja, ao estrangeiro a palavra e o olhar sobre a França, o Ocidente, sua religião, principalmente a católica, e seus costumes, Montesquieu coloca a crítica na “conta da surpresa”, liberando a linguagem para os rasgos mais mordazes, em que nada é detido ou censurado. Outra possibilidade é a de falar das pessoas sem precisar dar-lhes nomes ou mesmo identificá-las.

Nesse caso, a “insolência beneficia-se da imunidade que se concede a quem quer que venha de fora, livre de todo o laço e de toda a obrigação” (STAROBINSK, 2001, p. 89).

Esse modelo de escrita no qual aquele que escreve é um forasteiro pode ser entrevistado até a década de 1960 na tradição epistolar dos periódicos brasileiros, nos quais os escritores de cartas utilizavam com bastante assiduidade pseudônimos, como roceiro, matuto ou provinciano. Um dos exemplos que melhor pode ilustrar esse artifício, como algo que serve para significar o que é lido e que demonstra ser do conhecimento do público leitor, é a série de cartas publicadas pelo padre Miguel do Sacramento Lopes Gama n’A *Marmota Fluminense*,¹⁰ com o pseudônimo “Filosofo provinciano na Corte a seu compadre na Província”. Já a primeira página do número 286, de 10/08/1852, do periódico fluminense, o editor Paula Brito anuncia aos seus leitores a colaboração do Padre Lopes Gama com uma série de artigos. Nessa, publica a carta assinada do jornalista, na qual ele faz alusão aos “três artigos, isto é, dous em prosa, e um de décimas, quadras, e charadas, para não haver falta”. É nessa carta que o Carapuceiro anuncia o início da elaboração “da obrinha moral sobre os inconvenientes da lição sem escolha dos romances e novellas. É série, como pede o assumpto, muito importante: mas, meu amigo, nos periodicos, ainda os mais facetos, é mister variar algumas vezes com assumpto sério, do contrario torna-se um mero chocarreiro”.

No número 287,¹¹ na primeira página Paula Brito abre o jornal anunciando a novidade: Começamos hoje a publicação dos artigos do nosso illustre collaborador o Snr. Padre-Mestre Miguel do Sacramento Lopes Gama; o primeiro é o seguinte.” Essa advertência é seguida da Carta I do “Filosofo na Corte a seu amigo na Província”. O narrador inicia sua carta dando-lhe notícias das circunstâncias da corte. Seu olhar é o do provinciano, que se espanta com o que chama de aspecto material da Corte brasileira, que nem mesmo possui um palácio para o Monarca. Nesse caso, o epíteto de Filosofo provinciano é verossímil e não tem, como no exemplo anterior, o caráter de uma falsa atribuição, ou a função do anonimato, mas o de ajustar o que é dito às formas mais apropriadas. Vivendo no Rio de Janeiro, já gozando de grande fama e prestígio, o filósofo provinciano é retoricamente adequado ao conteúdo que se quer tratar: um olhar sobre a Corte a partir de um visitante.

Tomando como exemplo consagrado *As cartas chilenas*, atribuídas a Tomás Antonio, tem-se que os leitores brasileiros compartilhavam dos artifícios retóricos utilizados pelo seu autor, principalmente o uso da alegoria, que se tornou moeda corrente na escrita jornalística e até mesmo do romance, como já observou John Gledson sobre a narrativa de Machado de Assis. A alegoria, como afirma Hansen (1987, p. 6), “retoricamente, diz **b** para significar **a**, observando-se que os dois níveis (designação concretizante **b**

e significação abstrata a) são mantidos em correlação virtualmente aberta, que admite a inclusão de novos significados”. Como ornato retórico intencional, a alegoria é apropriada pelo leitor também como “formalidade prática” e, portanto, também regrada na qual “sua interpretação, ato receptor, também está prevista por regras que estabelecem sua maior ou menor clareza, de acordo com a circunstância do discurso (Idem, p. 2).

Por isso, no caso das *Cartas chilenas*, mesmo escrevendo supostamente do Chile, sobre um certo Fanfarrão Minésio, os leitores brasileiros conseguem interpretar a analogia concebida artificialmente por seu autor, associando o lugar a Minas Gerais e o personagem ao corrupto governador Luís da Cunha Menezes, bem como as irregularidades por ele cometidas. O autor se autodenomina Critilo e endereça a suas cartas a Doroteu.

Pode-se afirmar que essa estratégia é, por excelência, a que garantirá o caráter ficcional das cartas nos periódicos brasileiros. Em linhas gerais, assume-se como hipótese e quinto pressuposto para a escrita epistolar nos periódicos brasileiros, que a linguagem alegórica garantiu aos jornalistas a chave para uma escrita livre e insolente, dizendo com Starobinsk, ao mesmo tempo em que deu aos leitores a possibilidade de ler nas cartas ali publicadas sempre o sentido figurado que carregavam.

Segundo Peter Burke (1995), a alegoria como escrita histórica é um fenômeno recorrente, mas que tem sido pouco con-

siderado pelos historiadores. Em linhas gerais, o uso dessa convenção linguística deve considerar “as diferentes circunstâncias nas quais se tecem comentários a respeito de um evento (usualmente no passado) quando os comentadores estão, na realidade, ou mais intensamente, interessados em outro (usualmente no presente)” (1995, p. 197).

Este é o caso das duas cartas publicadas em *O Carapuceiro*, de 22 e 26 de 09/1938, como tendo sido escritas pelo *Persa Usbek a seu amigo Rhedi*, os mesmos personagens de as *Cartas persas*. Os exemplos dessa falsa atribuição são muitos e variados, mas a escolha recaiu sobre esses exemplos pelo fato de oferecer maior visibilidade aos argumentos aqui defendidos.¹² À primeira vista, para o leitor contemporâneo parece tratar-se de mais um extrato de cartas famosas, prática tão comum à escrita jornalística do século XIX. Porém, a leitura do seu conteúdo vai revelando aspectos e assuntos que não são abordados pelas *Cartas persas*, de Montesquieu, o que nos obriga a conferir e a constatar que aquela carta não está entre as 161 do romance francês. Passo a transcrever trechos para melhor favorecer a análise, sem esquecer de assinalar que a primeira “carta” abre *O Carapuceiro* do dia 22/09/1938 e ocupa todas as cinco páginas do periódico, o que dá a dimensão da sua importância:

Mas apenas te vires Matriculado n’Academia, isto he outro cantar: deves mudar de tom, deves adoptar hum [] huma sobranceira, hum bicácaro [] das pessoas, e cousas; que assim convêma quem aspira á fama de

talentoso, e homem desabusado. Os teus Lentes são os primeiros individuos, a quem debes tractar com orgulho, e soberano desprezo. Se algum encontrares pelas ruas, nunca lhe ganhes por mão [] lhe tirares o teu chapéo: espera sim para o fazeres ao desdém, e com certa altivez, que elle primeiramente te tire o seu; e melhor será, que te habitues a passar por elle, como por hum cão; Se estiveres sentado nos corredores da mesma Academia, e por ali [], não cáias na pequice de te ergueres em signal de respeito, e cortezania; deixa te ficar sentado, prolonga a perna para diante, finca o teu chapéo na cabeça, e corra o negocio por minha conta; por que todos os homens são iguaes, o discipulo em nada he inferior ao Mestre, e segundo os luminosos principios da moderna sabedoria as cortezias, as attenções, e respeitos devem ser proscritos das Sociedades, como indicios de espirito baixo, adulator, e servil.

Além disto o Jovem talentoso, e cheio de brios não há mister captar a estima do Lentes; pois não são estes os que hão de decidir do seu merito litterario. Mas quem deverá ajuizar deste objecto? (Perguntar-me ás) Eu te digo com toda a franqueza, a amisade, que me mereces.

Este trecho foi escolhido pelo fato de “permitir estabelecer prescrições e temas locais, referencial da sátira”. Pressuposto efetuado por ela são situações e pessoas criticáveis, às quais se refere hiberbolicamente por critérios retóricos [...] (HANSEN, 1989, p. 72). Passando para os dados da referencialidade, sabe-se que em 13 de janeiro de 1835, o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama assumiu a direção da Faculdade de Direito de Olinda.¹³ Lopes Gama (Apud BEVILAQUA, 1927, p. 55), em um dos seus relatórios criticava o fato de os alunos não serem avaliados no quinto ano e de ser este “quase uma formalidade”, o

que tem como consequência a formação de “moços perfeitamente estúpidos e escandalosamente vadios”. Em seguida narra o fato de os esforços de um professor para “adiantar e instruir os seus alunos” serem em vão, uma vez que “a maior parte destes afeitos à vadiação e à calaçaria, irritam-se com a novidade” e passam a insultar os lentes. Sobre estes, também no mesmo relatório, observa-se a analogia que o autor estabelece entre os baixos salários recebidos e o desrespeito que lhes conferem os alunos: “Estudantes vadios e mal educados vendo que os seus lentes, além de pobres, não os podem chamar aos seus deveres, pouco ou nada os respeitam” (IDEM, p. 60).

Observa-se que a voz discursiva das *Cartas persas* de *O Carapuço* está em acordo com a posição hierárquica do relatório do diretor da Faculdade de Direito. Temos que, para os leitores do jornal, Usbeck, assim como a voz do relatório da faculdade, em sua intervenção, irá tematizar as ações desviantes das autoridades e das instituições, por meio do recurso da *dissimulatio*, também apropriado ao discurso satírico. Segundo Lausberg (1967), a *dissimulatio* pode se manifestar nos mais variados aspectos: por meio da alegoria, da perífrase, da ironia retórica, da simulação de ingenuidade, da personificação, da falsa atribuição. Para melhor compreender as convenções das práticas de escrita e de apropriação desses objetos, lembremos a carta primeiramente citada, o seu autor não aceita o anonimato como

forma de discurso, revelando o decoro do artifício ao gênero e à ocasião. Na crítica dos costumes, na defesa do bem público, por exemplo, a hierarquia dos professores sobre os alunos, a carta admite a *dissimulatio*. O mesmo não é adequado a uma carta que defende uma lei do governo.

Voltando à paródia das *Cartas persas*, a sua presença no jornal pernambucano parece revelar alguns aspectos que dizem respeito menos sobre a circulação desse livro no Brasil, do que sobre o modo de escrever/ler nos periódicos brasileiros do século XIX.¹ A longa carta se desdobra em outra representada em suas várias instâncias: a seleção e comportamento dos estudantes, as matérias do curso, as provas, o desempenho dos professores, sem citar nomes ou indicar abertamente a instituição. O autor demonstra que, por parte da comunidade dos leitores do jornal *O Carapuceiro*, havia a capacidade tanto de ler como de interpretar “os artifícios simbólicos” implicados na utilização dos recursos retóricos da linguagem, acionando os protocolos de leitura apropriados para dar significação ao que escreve, entre os quais o “plágio”, como “elemento estrutural” da sátira, manifestada nesse texto através da apropriação, da alteração e da falsa atribuição (HANSEN, 1989, p. 45).

Parece, pois, verossímil que o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, ao publicar cartas no seu periódico *O Carapuceiro*, supostamente retiradas do célebre livro *Cartas persas*, numa

articulação pragmática, faz uso de uma fonte consagrada de crítica às instituições e costumes sociais, à religião católica, à Inquisição, deixando claro, na “falsa atribuição” que faz do romance de Montesquieu o caráter de fingimento do que escreve e, conseqüentemente, daquilo que não deve ser lido no sentido próprio. Assim, o que Usbeck chama de “Academia de Caboulistan”, deve ser lido como Faculdade de Direito de Olinda.

Concluindo, do ponto de vista das prescrições retóricas, os discursos, entre os quais o do gênero epistolar e seus funcionamentos, também informam sobre os modos de sua recepção. É preciso considerar os cinco pressupostos aqui levantados: o conceito de literatura, a inscrição dos objetos literários até meados do século XIX no domínio das prescrições retórico-poéticas, sua versatilidade, seu caráter dialógico e, por fim, a linguagem alegórica que garantiu aos jornalistas a chave para uma escrita livre e insolente do ponto de vista político e de ficção, do ponto de vista literário.

Na perspectiva da história da literatura, é fundamental evitarem as abordagens anacrônicas que não levam em consideração a “historicidade das formas”, como “o principal da ficção literária”, traduzindo-as apenas como “reflexos de conteúdos”, cuja função é meramente documental (HANSEN, 1997; PÉCORA, 2001). Uma outra conclusão, que não é minha, mas de McKenzie (2004), é a de que os gêneros novos nascem da exigência dos novos leitores e das formas

tipográficas que lhe informam. Como se viu, a escrita epistolar nos periódicos, ao mesmo tempo em que mantém atributos antigos, passa a inserir em seu funcionamento outros predicados forjados a partir do suporte jornal e do diálogo com outros gêneros.

Epistolary writing as prose of fiction: the letters of journalist Miguel do Sacramento
Lopes Gama

Abstract

Read as a truthful and objective witness of the present time, the letters published in newspapers of the journalist Miguel do Sacramento Lopes Gama, notably *O Carapuceiro* have been appropriated by historians, or as reflecting the temperament of the controversial man, or the result of plagiarism to the English newspaper *The Spectator*. These writings are read anachronistically without regard them as objects for wilding standards of writing and reading, which included rules of decorum that adapted the writings of subjects and readers. This article demonstrates through an analysis of letters of the journalist, the ways that gender is constituted as writing fiction, modulated by the rules of rhetoric.

Key words: Epistolary writing. Prose fiction. Press of the XIX century. *O Carapuceiro*. Miguel do Sacramento Lopes Gama.

Notas

- ¹ *O Carapuceiro*, n. 29 (29/4/1837), p. 4. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaiseifolhetins/acervo.html>. Agradeço à bolsista do PIBIC Josy Kelly C. R. dos Santos a transcrição dos escritos do jornal *O Carapuceiro*.
- ² Hunt (1850, p. 166) (which was printed in script, and on letter-paper to imitate an ordinary handwriting, a portion being left blank to be filled up by the purchaser before he dispatched it by post).
- ³ Luiz Carlos Villalta em *Censura e prosa de ficção: perspectivas distintas de instruir, divertir e edificar?* denomina de romance o livro *Cartas persas*, de Montesquieu... Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/censuraeprosadeficcao.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2011.
- ⁴ Célebre periódico pernambucano, “periódico sempre moral e só por acidents politico”, dirigido pelo padre Miguel do Sacramento Lopes Gama. Sua forte influência e circulação podem ser atestadas em várias notas e extratos presentes em jornais da Corte e de várias províncias. Circulou de forma irregular de 1832 a 1842, com um total de 427 números. No século XX, o jornal foi abordado por diversos historiadores. Gilberto Freire, pioneiro em tomar o jornal como fonte histórica, o utilizou para escrever *Casa-grande e senzala* e *Sobrados e Mocambos*; Mello (1996, p. 7) o considera como “fonte admirável à disposição do historiador da vida privada”; Waldemar Valente (1969, p. 42) aborda os escritos do jornalista como consequência da personalidade “de um homem em sua espontaneidade”, valente, cuja inteligência e extroversão seriam responsáveis por dizer “o que lhe vinha às ventas, sem ardeios e sem panos mornos”; Maria Lucia Pallares-Burke (1996), sem levar em conta a prática da escrita jornalística dos séculos XVIII e XIX, que previa a imitação, a paráfrase, o extrato e a citação não como plágios, mas formas legítimas de imitar e de escrever, considera o jornal e seus escritos como plágios do periódico inglês *The Spectator*.
- ⁵ “P. Miguel do Sacramento Lopes Gama, presbytero egresso da Ordem Benedictina, Conego honorário da Capela imperial do Rio de Janeiro; professor de Rhetorica no Seminário episcopal de Olinda, jubilado em 1839; e depois Professor de Eloquencia nacional e Littérature na Lycêo do Recife; Director do mesmo Lycêo, e Director geral dos estudos na província de Pernambuco; Deputadoá Assembleia geral legislativa pela província das Alagoas; condecorado ultimamente com a commenda da Ordem de Christo, etc. – N. em Pernambuco a 29 de Setembro de 1791, e teve por Paes o dr. João Lopes Cardoso Machado, e D. Anna Bernarada do Sacramento Lopes Gana, Morreu na cidade do Recife, a 9 de Dezembro de 1852. Escreveu Lições de Eloquencia nacional. Rio de Janeiro, 1846; Observações críticas sobre o romance do Sr. Eugenio Sue “O Judeu errante”. Pernambuco, 1850; Selecta clássica; O mal considerável da maior parte dos romances”(SILVA, 1862, p. 247:Tomo VI).
- ⁶ Sobre o romance epistolar no Brasil do século XIX, conferir Martins (2008); Morais (2008).
- ⁷ Todos os escritos retirados de fontes do século XIX serão citados com a ortografia original da época.

- ⁸ Nesta argumentação, muito presente nos periódicos brasileiros do século XIX, o orador procura desacreditar o oponente de um ponto de vista pessoal, desacreditando, com isso, sua iniciativa argumentativa, como destituída de autoridade. (LAUSBERG, 1967).
- ⁹ Coleção das leis do Império. Disponível em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-17/Legimp-17_7.pdf. Acesso em: 21 abr. 2011.
- ¹⁰ Esta prática também pode ser observada em títulos de livros de autores portugueses e brasileiros. Tome-se como exemplo as *Cartas de um roceiro*, de Faustino Xavier, publicadas no ano de 1863, ou o pseudônimo, de Sertanejo, com o qual Julio Ribeiro em escreveu as suas *Cartas sertanejas* (1885).
- ¹¹ As cartas foram publicadas em várias edições: n° 291, 27/08/1852; n° 292 31/08/1852; n° 294, de 07/09/1852; n° 296, 14 de setembro de 1852; n° 297, 17/09/1852; n° 298, 21/09/1852; n° 300 28/09/1852; n° 302 de 03/10/1854; n° 304 12/10/1852; 308; n° 310, 02/11/1852.
- ¹² Há ocasiões, no *Carapuzeiro*, em que se observa a falsa atribuição como sendo de leitoras comuns do periódico, que ao padre se dirigem. Como este era um jornal que não admitia a participação do leitor, observa-se no exemplo a seguir que a persona satírica resolve presentificar uma jovem donzela. Com isso, o padre satiriza o estatuto romântico do casamento: “*Carta de huma donzella, de 13 annos pedindo parecer sobre o seu casamento*. Sr. – Eu fiz 13 annos a nove de Novembro passado, e com effeito he tempo que eu principie a cuidar em tomar estado; por isso humildemente vos rogo, que me digaes, como deverei haver-me com Florindo, que actualmente me dameja, e faz côrte. Florindo he hum homem muito bonito; tem olhos pretos os mais engraçados do mundo, e ninguém appresenta dentes tão alvos, nem mais bem feitos. Minha mana mais velha, a qual apesar de toda a amisade, que me tem, muito gosto teria segundo presumo, em que eu ficasse solteira toda a vida, deve casar primeiro; que assim o querem todos os meus parentes. Ella diz a meu pai, e a minha mãe, que Florindo traz-me douda, e que tanto ha de fazeque por fim ha de perder a menina; assim me chama, como se eu não fosse já huma senh.”

Referências

- ABREU, Márcia. Letras, belas-letras, boas letras. In: BOLOGNINI, Carmem Zink (Org.). *História da literatura: o discurso fundador*. Campinas: Mercado de Letras, ALB, Fapesp, 2003. (Coleção Histórias de leitura).
- BEVILAQUA, Clóvis. *História da faculdade de Direito do Recife*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1927.
- BURKE, Peter. História como alegoria. *Estudos Avançados*, v. 9, n. 25, p. 197-212, 1995.

CARVALHO, Francisco Freire de. *Licoes elementares de eloquência nacional para uso da mocidade de ambos os hemispherios, que falla o idioma portuguez*. 5. ed. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1856.

CONWAY, Christopher. *Letras combatientes: gênero epistolar y modernidade en la Gaceta de Caracas, 1808-1822*. *Revista Iberoamericana*, v. LXXII, n. 214, p. 77-91, enero/marzo, 2006.

FREIRE, Francisco Jose. *O secretario portuguez*. Lisboa: Impressão de João Nunes Ribeiro, 1823. Disponível em: <http://books.google.com.br/i>

FREYRE, Gilberto. Um ortodoxo brasileiro do século XIX. *Jornal do Commercio*, Recife, 17 set. 1942. Coluna: Pessoas, coisas e animais. Disponível em: http://bvfgf.fgf.org.br/portugues/obra/artigos_imprensa/um_ortodoxo.htm Acesso em: 15 mar. 2011.

HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura; Companhia das Letras, 1989.

_____. Prefácio. In: FURTADO, Joaci Pereira. *Uma república de leitores: história e memória na recepção das Cartas chilenas (1845-1989)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

HUNT, F. Knight. *The fourth estate: contributions towards a history of newspapers, and the liberty of the press*. London: David Bogue, 1850. Disponível em: <http://books.google.com.br/>

LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Os precursores do conto no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960. (Panorama do conto brasileiro, 1).

MARTINS, João Paulo. Cartas Américas: romance e idéias políticas na Ilustração portuguesa. In: ABREU, Márcia (Org.). *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

MACKENZIE, D. F. Bibliography and the sociology of texts. In: *Bibliography and the sociology of texts*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MONTESQUIEU, Charles de. *Cartas persas*. Trad. de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Nova Alexandria, 2005.

MORAES, Alexandre José Mello. *Elementos de litteratura*. Contendo a arte poetica, a mythologia, a idiologia, a grammatica, a logica e a a rhetorica extraídas, para uso dos seus filhos. Rio de Janeiro: Typographia Americana de José Soares de Pinho, 1856.

MORAIS, Christianni Cardoso. Posse e circulação de romances: a novela Eduardo e Lucinda, ou a portuguesa infiel na vila oitocentista de São João Del-Rei, Minas Gerais. In: ABREU, Márcia (Org.). *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

PÉCORA, Alcir. *Máquina de gênero*. São Paulo: Edusp, 2001.

PINHEIRO, Joaquim Fernandes Caetano. *Curso elementar de litteratura nacional*. Rio de Janeiro: Garnier, 1862.

SCHOPENHAUER, Arthur. *A arte de escrever*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

STAROBINSK, Jean. Exílio, sátira, tirania: as Cartas persas. *As máscaras da civilização*. Ensaios. São Paulo: Cia das Letras, 2001. p. 86-118.

VALENTE, Waldemar. *O Padre Carapuceiro*. Crítica de costumes na primeira metade do século XIX. Recife: Departamento de Cultura, 1969.

VILLALTA, Luiz Carlos. Romances e leituras proibidas no mundo luso-brasileiro (1740-1802). In: ABREU, Márcia (Org.). *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

_____. *Censura e prosa de ficção: perspectivas distintas de instruir, divertir e edificar?* Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/censuraeprosadeficcao.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2010.